

Joaquim Cerqueira Gonçalves

**A FILOSOFIA, HOJE:
ENTRE O REGRESSO E A DISSIPAÇÃO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A FILOSOFIA, HOJE: ENTRE O REGRESSO E A DISSIPAÇÃO

AUTOR

JOAQUIM CERQUEIRA GONÇALVES

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-202-5

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

A FILOSOFIA, HOJE: ENTRE O REGRESSO E A DISSIPACÃO

Joaquim Cerqueira Gonçalves

1. *Introdução* – A Academia das Ciências de Lisboa não pode permanecer indiferente à situação debilitada em que vai ficando a filosofia no ensino secundário português. Possivelmente, em contraste com outros países, ela tinha, anteriormente, aí, um lugar privilegiado, a que as escolas, sobretudo os docentes dessa área do saber, porventura não corresponderam, com a competência e a dedicação que a especulação filosófica merecia. A história dos programas de filosofia, nesse nível de ensino, representa um sintoma flagrante das vicissitudes por que tem passado a presença filosófica nas instituições escolares portuguesas. Deve, contudo, notar-se que o acolhimento dispensado à filosofia, no ensino secundário português, representava, por vezes, para lá da sua função específica, que recomendava a sua aprendizagem, um papel supletivo, relativamente à ausência de tematizações e competências que deveriam figurar em todos os planos disciplinares e fazer parte da preparação de todos os docentes, independentemente das áreas científicas destes.

A inconformidade com a situação de definhamento do estudo da filosofia tem partido dos mais diversos sectores intelectuais, sendo de assinalar a que se vai manifestando, na comunicação social, por diplomados de outras áreas, que não a de filosofia, reconhecendo a importância dessa componente científica na formação intelectual e profissional. No entanto, como é de presumir, são os profissionais do ensino da filosofia, tanto de nível secundário como superior, que erguem mais alto o seu protesto contra o estrangulamento da filosofia ditado por decisões do Ministério da Educação. Reconheça-se, todavia, que o despertar desses profissionais foi tardio e legítima que seja interpretado mais como uma autodefesa corporativa do que como luta em prol de um valor cultural insubstituível.

Estão, neste momento, em campo, três protagonistas, mas não é claro o papel e a responsabilidade que cabem a todos e a cada um: a *filosofia*, a *escola* e a *tutela política* (Ministério da Educação). É, antes de tudo, para a análise da intervenção destas, no actual pleito, que deve ser dirigida a atenção, onde, desde já, se pressentem equívocos de várias ordens.

É digno de realce o facto de o esbatimento da filosofia, no ensino, em Portugal, contrastar com o interesse crescente dela em outros países, concretizado, aliás, em variados esquemas transdisciplinares.

Os filósofos falam da *morte da filosofia*, mas não é ao jeito da argumentação deles, sempre em circuito fechado, dentro da própria filosofia, que nos vamos

pronunciar, embora se possa adiantar, desde já, que de *morte* se trata, mais por defeito, isto é, mais por subaproveitamento do que por agressiva extinção.

2. *Uma nota histórica esclarecedora* – O recurso à história pode ajudar a esclarecer, pelo menos a enquadrar, o momento presente, até porque nada existe que não tenha um horizonte temporal, se bem nos confrontemos, no decurso temporal da filosofia, com dois extremos: o que a reduz ao conteúdo da sua própria história e o que da história procura preservá-la.

Mais do que na história da filosofia, é num momento dela que estamos a pensar, o do chamado momento inaugural grego que, de certo modo, dissipa a história. Sendo esse momento certamente decisivo, o é, em larga medida, devido ao prestígio, mais ou menos mitificado, que acompanha o fenómeno das origens, de que resulta, por abrangência desproporcionada e monopolizante, a passividade dos seus herdeiros, sendo esta, muitas vezes, disfarçada em solenes mantos românticos, envolvendo quer a filosofia grega, quer o classicismo literário greco-romano. Ora, o mundo, ainda o da filosofia, não começou na Grécia e também nela não se finou.

Não obstante estas ressalvas, tem sentido afirmar que a razão filosófica ocidental foi decisivamente e, pelo menos até ao momento, definitivamente marcada pela estilo da filosofia grega. Mas a força desta presença indicia também como o saber filosófico se movimenta em circuito fechado, julgando-se, por isso, indiferente às determinações da cultura e da história. No entanto e paradoxalmente, as marcas mais persistentes da filosofia grega, consignadas na noção de um saber autofundado e, por isso, autónomo, foram desencadeadas por factores, por assim dizer, extrafilosóficos. Foram as circunstâncias sociais dessa época que, com efeito, provocaram a especulação filosófica. Perante a nova atmosfera social e política, que estabelecia profundas descontinuidades com a tradição ética e literária, paradigmaticamente representada pelo grande educador, Homero, protagonizadas, em termos doutrinários, pelos sofistas, sentiram Platão e Aristóteles a urgência de discutir os pressupostos das novas propostas, que só lograriam direito de cidadania, se tivessem consistente fundamento epistemológico.

A filosofia imporia, a partir desse contexto, o seu estatuto e a sua função, a de fundamentação, passando esta a representar, desde então, tanto a sua glória como o seu papel redutor. Assim se iriam definir também, em termos especulativos, as preocupações da racionalidade ocidental. Caberia aos amigos da sabedoria apurar, para a educação, para a política e, indirectamente, para a natureza, os seus fundamentos. A sociedade, nessa conjuntura ímpar, mas bem datada, antes de manifestar o seu instinto filosófico, preocupou-se com a paideia e com a política, uma articulada com a outra, emergindo, somente depois, a filosofia, em função de ambas.

A ordem destas articulações, sendo altamente significativa, foi, todavia, logo invertida, por uma diferente hierarquização desses três componentes, passando a

filosofia a deter as prioridades inerentes à sua missão fundamentadora. Ela foi-se, assim, sobrepondo à vida, enquanto esta, na complexidade da organização da cidade e na orientação dos princípios pedagógicos, dispensou as preocupações fundantes – ou procurou-as em outros saberes que não o da filosofia, a qual deixou de ser interpelada pelas questões da existência. A competição, todavia, não desapareceu. Mais tarde, até aos dias de hoje, nas divisões escolares e disciplinares, a filosofia não aceita ser contada entre uma destas, não se conformando, facilmente, com a pertença às Faculdades de Letras, mas exigindo que, a não ser ela própria uma escola, deva ostentar, a ter que residir nesta, a sua prioridade no próprio título da instituição – *Faculdade de Filosofia e Letras*.

Mas quem se preocupa obsessivamente com os alicerces, com a vigilância da solidez do suporte, não propende a contribuir para o desenvolvimento do edifício que, todavia, inevitavelmente se ergue, muitas vezes exposto a sucumbir, por falta de consistência do solo.

Se a preocupação com os fundamentos se tornou a vocação da filosofia, ela arrastou consigo uma outra consequência, ainda mais determinante: o fundamento passou a ser o pensamento humano, favorecendo, directa ou indirectamente, o sujeito e o antropocentrismo, ainda que compensando estes com a referência a supostos níveis lógicos e transcendentais inabaláveis. O império do mundo mental de tal modo se impôs que, mesmo depois de se julgar insuficiente, como, modernamente, o denunciaram os *pensadores da suspeita* e o advertiu a fenomenologia, não deixou de traduzir, na terminologia, sedimentos mais radicais do que o pensamento, também eles – como o *mundo da vida* – designados *cogito*.

Poder-se-á, eventualmente, argumentar que esta interpretação panorâmica da especulação grega, generalizada a toda a filosofia ocidental, esquece rupturas decisivas sucedidas na racionalidade da nossa cultura, sobrevoando diferenças insuperáveis, por exemplo, entre os sofistas, por um lado, e Platão e Aristóteles, contendores daqueles, por outro, bem como entre filosofia e ciência, uma vez que o estabelecimento do reinado desta parece ter decorrido da derrota da racionalidade filosófica pela vitória da racionalidade científica. Se a objecção é, em parte, válida, perde, todavia, a sua força, se for recordado que a racionalidade ocidental, seja ela filosófica, seja científica, é fundamentalmente a mesma: apoia-se no pensamento – *cogito* – ou nos seus produtos – as ciências e as técnicas, a tecnociência. É que tanto a filosofia como a ciência ocidentais tendem a ver o pensamento como fonte exclusiva, curando pouco de apurar como o pensamento se constitui e desenvolve e qual é a consistência das premissas sobre que assentam as cadeias de raciocínios. Aí, o que importa é reconhecer que se trata de mercadoria mental, nada mais. Neste contexto, há boas razões para repetir, uma vez mais, o que tem sido afirmado frequentemente: os vencedores das contendas epistemológicas ocidentais foram os sofistas, que não defenderam menos do que Platão e Aristóteles os direitos e a supremacia do pensamento. Nesta conformidade, o que importa é organizar grelhas de ideias, cuja validade será aferida, depois, pela eficácia,

dado por adquirido que, sendo filhas do pensamento, lhes sobra, por isso, a solidez do fundamento. Ficava, desta forma, justificada a ideologia política, que a escola, quando institucionalizada, venderia em pacotes alegadamente transparentes.

Não é fácil dilucidar, ainda hoje, senão mesmo sobretudo hoje, qual é o motor de todo este processo. A escola, mesmo quando os políticos lhe atribuem a primazia, acaba sempre por ter uma função delegada: resulta de uma decisão política e não cria saber, apenas o acolhe, aliás com a lentidão própria das instituições, ressalvando-se, porém, o mérito de ela fazer chegar o que recebeu a um maior número de cidadãos. Fica em discussão, esta na agenda dos nossos dias, se o propulsor da sociedade é a tecnociência ou se é a política.

Mas é significativo que os políticos apostem na escola, compelindo a passagem de todos os cidadãos por ela e censurando os agentes dela, sobretudo os docentes, por não contribuírem para as transformações sociais. Por seu turno, ao menos tacitamente e por atitudes de omissão, os escolares transferem para o poder político a responsabilidade da alegada ineficácia da escola. No caso vertente da filosofia, a sorte dela parece jogar-se entre estes dois contendores, a escola e o poder político, em que o outro, o saber, permanece indiscutido, certamente pelos políticos, que não vêm aí o seu mester, e pelos docentes, que não se aperceberam ainda de que esse é precisamente o centro da questão.

Diga-se, em jeito de nota breve, que a *Declaração de Bolonha* não parece modificar a situação por nós delineada, antes a agrava.

3. *A questão* – Abordemos, por isso, a questão, que é, aos nossos olhos, nuclear. A presente efervescência, que se polariza na filosofia, tem nesta somente um sintoma, já que as reais motivações epistemológicas e escolares são de muito mais extensa amplitude. Para utilizar uma terminologia consagrada, diríamos que estão em jogo não só todas as chamadas ciências humanas, que, desde há muito, se lamentam da sua discriminação negativa, por parte do poder político, mas também as ciências da natureza. Com a crise que estalou à volta da filosofia, todo o saber está em questão – nenhum desejo o privilégio de estar fora da contenda. Mas é significativo que a filosofia ocupe a posição dianteira da ribalta, no caso presente como vítima. Tomando como analogia a articulação entre a filosofia e a vida na cidade grega, em que a especulação filosófica emergiu num momento segundo, convocada pela sociedade, também agora se deverá afirmar que a questão não começa na filosofia, embora, acrescente-se com não menos ênfase, pela filosofia deva passar, já que a consideramos imprescindível em todo o processo do saber. Retomando palavras do Presidente desta sessão, pronunciadas no dia 25 de Janeiro de 2007, segundo as quais a crise portuguesa não é económica, mas cultural, é de acentuar, agora, por aplicação ao caso vertente, o do apagamento da filosofia no ensino secundário, que a crise é mais vasta do que o foro do saber, residindo no âmbito da própria cultura, na medida em que as ciências, todas elas, não são nem

princípio, nem fim da cultura, mas apenas manifestações, entre outras, desta, pelo que a questão fundamental emerge na articulação entre os diversos saberes – todos - e a cultura. Cortar o cordão umbilical entre a cultura e os saberes, bem como entre a cultura, a escola e a política, equivale a privar o saber, a escola e a política da sua inesgotável fonte, isto é, a cultura. O distanciamento dos saberes, relativamente à cultura, não só os dissociou da vida como também impediu a articulação entre eles próprios. Por outro lado, à semelhança do que sucede com a linguagem, que não pode falar de si e compreender-se, a não ser com o exercício da própria linguagem, o entendimento da mesma cultura é acto privilegiado do exercício da mesma cultura. Não são certamente os escolares os únicos agentes culturais – todos os seres humanos o são –, mas é a eles, independentemente das suas especializações, e às instituições a que estão adstritos que incumbe esclarecer o que é a cultura, não a simplificando, em atitude cientificista, mas atentando na sua complexidade.

Queremos, deste modo, afirmar que a responsabilidade da crise do saber, explicitamente a daquele de que se ocupam as *humanidades*, onde se inscreve a filosofia, pesa sobre os ombros dos agentes e das instituições do mesmo saber que, ao prescindiram de o articular com a sua fonte cultural, permitiram a redução das ciências a produtos empacotados, avulsos e distribuídos por gavetas disciplinares, a serem manipulados e transmitidos pelas escolas, edificadas e sustentadas pelo poder político e em função dos desígnios dele.

Sendo estas considerações válidas para todo o saber, atingem especificamente a especulação filosófica, embora num contexto que deve ser esclarecido. A filosofia tornou-se, na Grécia, saber fundamental e prévio, para mais tarde se institucionalizar disciplinarmente, perdendo, então, a sua característica de ponto de partida prévio, passando a ser uma disciplina ao lado de muitas outras, tal como hoje sucede, geralmente, nas nossas escolas. Sem se levantar agora questões de prioridade entre os diversos campos disciplinares, deve ser, todavia, asseverado que a atitude e parte dos conteúdos atribuídos ao saber filosófico devem estar presentes em todas as ciências, na medida em que é pela filosofia que elas interpretam a sua própria natureza e tematizam a sua articulação com a cultura. É significativo que se vão organizando, hoje e cada vez mais, cursos e seminários transdisciplinares, sendo a filosofia particular referência, de que é exemplo o de *matemática-filosofia*, realizado em França, tendo, neste ano de 2007, por tema de estudo a figura de Henry Poincaré. Desde que os saberes foram fragmentados em nódulos disciplinares – certamente não por exigência do próprio saber –, então a presença da filosofia torna-se insubstituível e indispensável, em todas as organizações de estudos, passando sobretudo por ela a compreensão da cultura. Mesmo assim, nenhum intelectual e nenhum docente podem ignorar o que a filosofia realiza mediante o seu papel específico. No entanto, se as ciências fossem o que delas se exige, incluindo a compreensão de si próprias, nem sequer precisariam da disciplina de filosofia, já que no saber, que preenche o conteúdo delas, deveria estar suposta a dimensão filosófica. Porventura não há mais ausência de filosofia, nas sociedades onde ela não está institucionalmente presente, visto encontrar-se consignada na formação

integral dos docentes, do que onde ela abunda em programação disciplinar, como se verificava no ensino secundário português, em que a filosofia teve, comparativamente com outros países, uma frequência privilegiada. É incompreensível que os textos dos grandes filósofos – não discutimos agora quais –, não estejam na biblioteca de qualquer docente, tal como é escandaloso que aos filósofos sejam indiferentes as grandes obras literárias, enquanto manifestações culturais privilegiadas.

Uma conclusão parece desde já legitimada, se admitirmos as premissas que vimos condensando: quem vai deixando cair a filosofia, no ensino secundário, não é o Ministério da Educação, mas todos aqueles que, dedicando-se à compreensão e desenvolvimento da cultura, não sentem a necessidade do saber filosófico, não espantando que se mostrem indiferentes, perante o desaparecimento dele, nas suas escolas. É mesmo de crer que muitos docentes de áreas diferentes da de filosofia se sintam constrangidos por esta, devido ao facto de o questionamento filosófico perturbar o saber deles, supostamente autónomo e indiscutível.

A responsabilidade dos docentes no ensino da filosofia não pode ser escamoteada. De qualquer forma, quando eles apontam as suas armas, aliás de reduzido alcance, para o Ministério da Educação, não podem esquecer essa sua responsabilidade, bem como a de todos os colegas de outras áreas científicas, os das ciências da natureza incluídas, porque, na teoria e na prática, não mostraram, no exercício das suas competências, a necessidade dela. Chegado o processo a este momento de aguda crise, não são já os filósofos, ao menos apenas eles, que podem salvar a filosofia na escola, mas também os outros saberes, se levarem o exercício destes quer ao ponto de partida, quer às últimas consequências. Perturba-nos a indiferença dos cultores das outras áreas científicas, perante o eclipse da filosofia nas escolas, mas não nos embaraçam menos os argumentos dos professores de filosofia, ao defenderem a urgência do ensino desta, em gritos de corporativismo escolar e em nome de uma filosofia que pouco tem a ver com a realidade da vida e da cultura.

4. *Uma razão hermenêutica* – A filosofia grega – da qual pouco nos distanciamos e pela qual continuamos romanticamente fascinados, sem querermos regredir ou avançar mais, no tempo –, ao pretender assumir o papel de razão fundante, quis tornar-se também razão absorvente, se não mesmo monopolizante, acabando, por esse motivo, por se constituir em transparente razão mental, lógica, pela qual não passa nem a densidade do mundo empírico, nem a diferenciação temporal. Esta é a forma de, fixando-se, no momento originário, em solo consistente e transparente, o da esfera mental, de daí derivar, em modalidade necessária, o que for possível, mas sempre dentro da estrutura desse recinto mental.

A esta racionalidade pelicular e fechada oporíamos a racionalidade hermenêutica que, desde logo, se manifesta numa actividade inesgotável, no espaço e no tempo, num movimento recorrente, que amplia constantemente, pela dinamização do meio, do

presente, os dois extremos, o início e o fim, saltando, por um lado, a montante, as barreiras gregas e também não se confinando, a jusante, no prestigiado horizonte da filosofia alemã ou francesa.

A fonte da racionalidade hermenêutica não pode ser, numa clara manifestação de antropocentrismo, a chamada razão humana, muitas vezes designada a faculdade por excelência, mas a racionalidade inerente à estrutura da própria realidade, da qual faz também parte a vida humana. A realidade, na qual participam os entes humanos, é um organismo, em permanente e histórica constituição, em que, na vida do presente, aliás em contínua transformação, se encontra tanto o braço do passado como a seta do futuro. A actividade de formação desse organismo, o mundo, identifica-se com a cultura, que o organiza, hierarquizando as diferenças em estruturas axiológicas, sendo neste processo que afloram os conceitos, os quais desempenham um papel nuclear em filosofia. Os conceitos, como o próprio termo o sugere, afloram num processo de conceptualização, mas a complexidade desta é geralmente esquecida, pelo realce conferido à determinação final, ao produto, que o conceito é, esquecendo-se, desse modo, muitos dos elementos essenciais presentes no percurso da sua elaboração, designadamente os que são possibilitados pela linguagem natural, bem como os que a antecedem. É neste exercício cultural e linguístico que se manifesta todo o saber, a filosofia não exceptuada. Por isso mesmo, o saber filosófico não só não reduz a sua função à fundamentação, como tem de participar e promover a actividade de desenvolvimento temporal, como acontece com a linguagem natural, característica que a *filosofia para crianças*, iniciativa de Matthew Lipman, tem realçado. Porque esse mundo cultural tem, nas manifestações literárias, uma das suas superiores manifestações, a filosofia não pode ser indiferente, como já notámos, às grandes referências literárias, ainda que não estejam integradas nas prateleiras das bibliotecas filosóficas. Não basta, contudo, que os filósofos leiam textos literários, já que estes são apenas um dos elementos, embora privilegiado, da cultura. Esta, sendo um organismo temporal, é vivida pela racionalidade hermenêutica do filósofo, sempre a partir da acção, da organização e do questionamento da sua época. A oficina literária é expressão da *officina mundi*, tal como são manifestação desta a *officina laboris* e a *officina artis*, que precederam, no tempo, mas continuam a determinar, o exercício das letras.

O que a filosofia não pode aceitar é ora o viver do *empréstimo*, como diria um célebre filósofo, de mundos constituídos pelos pensadores do passado, ora a blindagem no mundo mental, mais ou menos eternizado e divinizado, quando foi pela cultura, mesmo que não tenha a sua última razão nela, que esse mundo aflorou na mente, devendo ser ainda pela cultura que ele terá de se desenvolver.

Há em todo este fenómeno alguns equívocos a dissipar. As reformas do ensino aludem insistentemente, nestes últimos tempos – Bolonha não excluída –, à necessidade de um maior dinamismo a imprimir à aprendizagem, de modo a criar cidadãos activos e participativos. No entanto, o que sucede é que, na escola, se ensina a *fazer* e a *dizer*, por repetição, ao jeito de robôs, o que já foi feito e dito ou está programado, quando o que

importaria era desenvolver o *agir*, para *fazer* e *dizer* diferentemente, já que a acção é um exercício de iniciativa, nunca repetitivo, onde a razão está sempre articulada com a capacidade de imaginar e de decidir. O poder de *agir* e de *fazer* é tão necessário no trabalho de fábrica como no mister de docente, como ainda, para o eleitor, no comportamento democrático.

Se é verdade que o desenho/caricatura da figura dos filósofos costuma apresentá-los em atitude passiva e distanciada da realidade empírica, numa espécie de contemplação, que é certamente ilusória, diz-nos a experiência que, ao menos nas escolas, mas também nas assembleias e nas empresas, as pessoas com formação filosófica são factores privilegiados de dinamização científica e institucional. Não é por acaso que, hoje, em alguns países, as escolas profissionalizantes requerem o estudo da filosofia nos seus programas.

Uma filosofia encarcerada no mundo mental, tomando por este a essencialidade da vida humana, a coberto da consabida definição de homem como *animal racional*, congela a dinâmica da vida, que se manifesta e comunica pela cultura. Nesta, assumem particular relevo as relações humanas, em função das quais aflora, como em nenhuma outra situação, o sentido da responsabilidade, da preocupação com o desenvolvimento e da cultura. Se, repita-se, a crise é de cultura, um dos aspectos do paroxismo dela é a indiferença, de teor social, dos responsáveis do saber, no processo de aprendizagem e de ensino, como se, nessa atitude, não estivessem comprometidas a sua vida e a dos outros. Com alguma razão se tem dito que o mundo do saber, também senão sobretudo o filosófico, não é um percurso para a heroicidade.

Por outro lado, o refúgio no mundo mental, em nome de desígnios de fundamentação, é uma forma de se eximir ao tempo e às novas manifestações que ele aporta – os novos problemas, as questões inéditas. A filosofia/fundamentação tem muito de parecido com as características do mito inaugural fundador ou, pelo menos, com as ideias eternas, em que os filósofos se diluem, em vez de contribuírem para a presença delas nos avatares temporais.

5. *Empenhamentos filosóficos, hoje* – Porque o tempo é sempre presente, ainda que com memória e projecto de futuro, é do presente temporal que a filosofia parte, para adensar, com novas possibilidades, esse presente, não para se lançar na intemporalidade.

Sentindo e hierarquizando as tarefas do nosso tempo, cometeríamos à filosofia, em regime de prioridade, algumas delas, pelo menos aquelas a que ela não se pode furtar, se quiser perseverar na sua actividade, missão e pertinência.

Numa época em que a complexidade da vida parece exigir um novo quadro de saberes, a filosofia não pode eximir-se à análise, tão complexa como atraente, dessa

questão. Mas porque o percurso histórico de todo o saber encontrou sempre a filosofia, esta deve esclarecer como se chegou a uma galeria de ciências que contribuíram tanto para o desenvolvimento da vida como também para desregulamentos de ordem social e ambiental, nunca tão agudamente sentidos como nos nossos dias, onde a incapacidade desses saberes, para solucionar os problemas que, ao menos parcialmente, eles desencadearam, remete para um outro saber, habitualmente aglutinado na ética, vendo-se, muitas vezes, nesta, toda a filosofia.

Depois, ainda no âmbito da crise ambiental, mas também no processo de fundamentação da própria ética, a filosofia tem de debruçar-se sobre a noção de natureza, dispensada que esta foi no processo de formação da ciência moderna, mas presentemente tão requisitada, sobretudo pelos ecologistas. Os filósofos não podem esquecer que, na especulação ocidental, foi, paradoxalmente, a filosofia a expressão cultural que gerou a noção de natureza, com a qual conflitua, frequentemente, a própria cultura. A abordagem desta questão da natureza faz parte da discussão sobre o sentido da vida da própria cultura.

Não com menos prioridade e ainda no horizonte de entendimento da cultura, a filosofia terá de repensar, dentro do que sempre se considerou ser o tema nuclear da filosofia, a relação *uno-múltiplo*, a articulação entre unidade/diversidade de culturas, sobretudo no que concerne à unidade/diversidade das comunidades. Além de constituir uma questão de sobrevivência, nesta época de migrações e de globalização, é talvez na reflexão sobre esse ponto que a cultura sente a necessidade de superar a sua própria instância, sem ter, porventura, de recorrer ao patamar da natureza, uma vez que tanto esta como a cultura, uma e outra plurais, pedem um solo mais radical, o ontológico.

Finalmente, porque da escola portuguesa nos ocupamos, à filosofia, primeiramente, por exigência do seu próprio saber, mas também para compensar negligências de outras áreas científicas, a ela compete reflectir e contribuir para a optimização do exercício da língua portuguesa. Pode-se ser bom cientista, em todo o mundo, com a matemática; pode-se ser eficiente comerciante, falando o inglês; não se pode ser filósofo, sem exercer com rigor a língua natural, pela qual passa a vida dos conceitos; não se pode ser bom português, sem cultivar a correspondente língua materna. Se toda a literatura vive da constituição do sentido, mas, não raro, o subsume em emolduramentos estéticos, a literatura filosófica sucumbe se não levar assintoticamente à sua máxima expressão o sentido, o que somente é viável mediante a beleza do rigor da linguagem natural.

*(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 22 de Março de 2007)*